

**Entre caminhos e assentamentos urbanos do tropeirismo em
São Paulo: memórias e esquecimentos no campo do
patrimônio**

*Entre los senderos y los asentamientos urbanos del oficio de arriero
en São Paulo: memorias y olvidos en el campo del patrimonio*

C E6_06 El patrimonio cultural urbano: construcciones desde la historiografía

Eneida de Almeida

Universidade São Judas Tadeu, Brasil
prof.eneida@usjt.br

Andréa de Oliveira Tourinho

Universidade São Judas Tadeu, Brasil
prof.atourinho@usjt.br

Maria Clara Martins Oliveira Holtz

Universidade São Judas Tadeu, Brasil
mclarammartins098@gmail.com

Resumo: Existe uma lacuna importante nos estudos de identificação do patrimônio cultural, bem como da relação entre bens ou referências culturais nas regiões oeste e sudoeste do Estado de São Paulo, que impacta o campo de conhecimento da História Urbana, tendo em vista que uma parte considerável de vilas e cidades dessas regiões teve origem na atividade do tropeirismo. Foram vários os caminhos – como o chamado Caminho das Tropas ou de Viamão – por onde passavam os muares que iam do Sul em direção ao interior do país e às regiões auríferas, a partir de princípios do século XVIII. Apesar de sua significância, a cultura material e imaterial vinculada ao comércio de muares não tem, no campo do patrimônio cultural em São Paulo, um lugar equivalente à sua importância para a formação do território, ou seja, não tem seu valor reconhecido oficialmente. O órgão técnico de preservação do patrimônio nesse estado – o Condephaat –, criado em 1968, dedicou-se prioritariamente ao inventário de 500 exemplares rurais relacionados à economia cafeeira, com a justificativa de que esse cultivo influenciou a ocupação do território paulista, sua arquitetura e modos de viver. Ao priorizar-se as fazendas de café situadas no Vale do Paraíba e região de Campinas, relega-se ao

esquecimento os testemunhos e práticas culturais das regiões a oeste produzidos na esteira do tropeirismo, como capelas e igrejas, fazendas e estâncias, pousos e passagens, e os modos de vidas organizados ao seu redor. Este texto problematiza os processos de patrimonialização entrelaçados à leitura e interpretação da história urbana, propiciados pelos estudos da Fazenda Pilão d'Água (Itapeva) e da Casa Grande (Ribeirão Grande), e suas relações com o Caminho das Tropas, que os interligava à importante Feira de Sorocaba. Procura compreender como mecanismos contraditórios de memória e esquecimento produzem evidências tangíveis de preservação e de transformação.

Palavras-chave: referências culturais; cultura material e imaterial; modos de vida; historiografia urbana; processos de patrimonialização.

Resumen: *Existe una importante brecha en los estudios que identifican el patrimonio cultural, así como la relación entre los bienes o referencias culturales en las regiones oeste y suroeste del estado de São Paulo. Esta brecha impacta el campo de la Historia Urbana, considerando que una parte considerable de las ciudades y pueblos de estas regiones se originó a partir de la actividad arriera. Varias rutas, como la llamada "Ruta de la Tropa" o "Ruta del Viamão", fueron utilizadas por mulas que viajaban desde el Sur hacia el interior del país y las regiones auríferas, desde principios del siglo XVIII. A pesar de su importancia, la cultura material e inmaterial vinculada al comercio de mulas no tiene un lugar en el patrimonio cultural de São Paulo equivalente a su importancia en la formación del territorio; en otras palabras, su valor no está oficialmente reconocido. El organismo técnico estatal de preservación del patrimonio, Condephaat, creado en 1968, se ha dedicado principalmente a inventariar 500 ejemplos rurales relacionados con la economía del café, justificando esto con la influencia de este cultivo en la ocupación del territorio paulista, su arquitectura y sus formas de vida. Al priorizar las fincas cafetaleras ubicadas en el Valle de Paraíba y la región de Campinas, los testimonios y prácticas culturales de las regiones occidentales, generados a raíz de la tradición arriera, como capillas e iglesias, fincas y ranchos, posadas y pasajes, y las formas de vida organizadas en torno a ellos, quedan relegados al olvido. Este texto problematiza los procesos de preservación del patrimonio, entrelazados con la lectura e interpretación de la historia urbana, facilitados por los estudios de la Hacienda Pilão d'Água (Itapeva) y la Casa Grande (Ribeirão Grande), y sus relaciones con el Sendero de los Tropeiros, que las conectaba con la importante Feria de Sorocaba. Busca comprender cómo los mecanismos contradictorios de la memoria y el olvido producen evidencia tangible de preservación y transformación.*

Palabras-clave: Referencias culturales; cultura material e inmaterial; modos de vida; historiografía urbana; procesos de designación patrimonial.

Introdução

A ocupação do interior do estado de São Paulo consolidou-se como resultado de inúmeros processos de conquista e exploração a partir da colonização da América Portuguesa – sem esquecer, antes disso, a importância da passagem dos indígenas por este território – que, entre os séculos XVI e XIX, por ação dos paulistas – tropeiros, negociantes, indígenas escravizados –, definiu caminhos, criou povoados, fundou vilas e cidades, estruturando uma rede de negócios e sociabilidades, que alimentava importantes circuitos comerciais. No decorrer dessa trajetória, a área rural passou a ser ocupada por inúmeros assentamentos, como fazendas, estâncias, pousos e passagens, associados fundamentalmente ao tropeirismo e a uma economia de subsistência voltada ao mercado interno, que gravitava ao redor dos processos econômicos e culturais do período colonial, como a produção do açúcar, à exploração do ouro, e, mais tarde, à economia cafeeira. (Gonçalves *et al*, 2020).

Muitas construções desse período desapareceram, seja por descaso e abandono, seja por destruição deliberada do homem, porém algumas mantêm-se na atualidade. Há vários estudos relacionados às atividades econômicas e à arquitetura rural do período do século XVIII e XIX, que possibilitam uma visão ampla do que outrora fora o sertão paulista. Luís Saia (1972), por exemplo, investiga a arquitetura rural paulista do ponto de vista documental, procurando inseri-la em um contexto sociocultural, com vistas a compreender em que condições foram edificadas, quem eram os seus proprietários, usuários e artífices; Carlos A. C. Lemos (1999) busca compreender as particularidades da história e da realidade paulista, tecendo considerações acerca das influências ibéricas e do seu processo de adaptação à realidade dos trópicos, em concomitância com as contribuições indígenas ao mesmo processo; Vladimir Benincasa (2008), entre outros autores, discorre sobre a arquitetura rural paulista e suas relações com a produção cafeeira entre os anos 1800 e 1940.

Observa-se, todavia, uma importante lacuna nos estudos historiográficos dedicados aos processos de povoamento das porções oeste e sudoeste do território paulista, tradicionalmente vinculados ao tropeirismo (suas rotas e práticas), quando comparados a outras áreas do Estado de São Paulo, ligados especialmente ao ciclo do café e aos fenômenos de urbanização dele decorrentes. Pode-se dizer que essa disparidade não apenas afeta o campo disciplinar da História Urbana, mas impacta particularmente o reconhecimento de bens e referências culturais e, como consequência, as políticas de preservação do patrimônio cultural relacionado não somente às vilas, cidades, caminhos consolidados a partir da atividade dos tropeiros, mas também aos territórios periurbano e rural circunvizinhos.

É nessa perspectiva que este trabalho se reporta ao estudo de Gonçalves *et al* (2020), entre outros autores, para abordar as particularidades da colonização do território paulista, ao identificar os vínculos estabelecidos entre os mercados locais, regionais e internacionais, no âmbito das atividades desenvolvidas ao redor das tropas de muare, bem como seus reflexos na caracterização da paisagem. Os casos de estudo da Fazenda Pilão D'Água e da Casa Grande, respectivamente em Itapeva e Ribeirão Grande, no Estado de São Paulo, são aqui explorados no sentido de explicitar esse reconhecimento, por meio da identificação das redes de relações que conectam edificações, caminhos, atividades produtivas e comerciais que, de um lado, moldam o ambiente físico, e, de outro, produzem saberes, tradições e valores culturais.

Perscrutando fontes que analisam o povoamento do território paulista

Na área rural de grande parte dos municípios brasileiros ainda persistem algumas fazendas implantadas em propriedades originalmente pertencentes ao sistema de sesmarias vigente no período colonial, de 1534 a 1822. Esse modelo de propriedade consistia na concessão pelo governo português de grandes extensões de terras a beneficiários – os sesmeiros –, com o propósito de incentivar a colonização e a exploração econômica na América Portuguesa. Essas primeiras fazendas estavam ligadas aos processos econômicos e culturais voltados à produção de gêneros agrícolas destinados ao abastecimento de países europeus, como as de produção de cana de açúcar, associadas aos engenhos, implantadas principalmente no litoral do Nordeste. As sesmarias estavam contidas em vastas faixas de terras denominadas capitânicas hereditárias, concedidas a membros de uma nobreza de menor estatuto no reino – os donatários – e que deveriam ser administrada com recursos privados; além da criação de capitânicas régias.

Gonçalves *et al* (2020) dedicam-se particularmente ao estudo da colonização do território paulista, remetendo-se aos principais autores que buscam compreender as dinâmicas desse processo, desvendando suas especificidades com respeito aos vínculos estabelecidos entre os mercados locais, regionais e internacionais, analisando seus impactos no deslocamento e na fixação das populações, bem como seus reflexos na caracterização da paisagem e no enraizamento dos modos de vida.

Quanto à relação com o mercado de exportação, os autores sublinham que, em meados dos Setecentos, importantes centros açucareiros se destacam no território paulista, entre os quais Itu, Piracicaba, Porto Feliz, Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Mogi Mirim, identificados como integrantes do chamado “quadrilátero do açúcar”, já destacado por Prado Júnior (1942, p. 75).

Recorrendo a Blaj (2000, p. 242-244, *apud* Gonçalves et al., 2020), é possível compreender que, embora a região de São Paulo não estivesse no centro econômico da colônia, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, achava-se prioritariamente ligada à diversificação da produção agrícola, em complementaridade à produção da grande lavoura exportadora, além de exercer a atividade pastoril, ambas voltadas ao abastecimento interno. É importante sublinhar que essa região, nesse contexto, apresentava uma sociedade altamente hierarquizada, que detinha o poder local, participando dos mesmos fundamentos da sociedade colonial, ou seja, do controle de terras e da força de trabalho compulsório – mediante a exploração do trabalho indígena –, compartilhando, assim, interesses comuns com as elites regionais exportadoras e com a Metrópole Portuguesa.

Petrone (1995), também mencionado no estudo, sinaliza o importante papel dos jesuítas na colonização do território paulista, ao ocuparem o planalto, cujas rotas, caminhos e trilhas foram fundamentais para consolidar os processos de expansão e controle do território para além das faixas litorâneas, valendo-se da relação aliança – e de sujeição – estabelecida com os indígenas do planalto, para a exploração e povoamento do interior.

Sobre a contribuição de Glezer (2007), sublinha-se a atenção conferida à própria imagem dos habitantes do território, discorrendo sobre a “lenda negra”, uma visão de que os paulistas seriam “cruéis assassinos, inimigos dos índios e dos padres e insubmissos vassalos dos reis de Portugal”. Segundo o autor, essa posição ganha repercussão nos séculos XVI e XVII, com base em posições defendidas por jesuítas ressentidos pela expulsão sofrida da vila de São Paulo, em meio à disputa pela exploração da mão de obra dos indígenas aldeados. Como contraponto à “lenda negra”,

desenvolve-se a “lenda dourada”, segundo a qual se constitui um vínculo entre o “bandeirante” e o paulista contemporâneo fundamentado no “espírito de iniciativa, valentia e arrojo” (Glezer, 2007, p.47).

Holanda (1966) é lembrado por concentrar-se nos deslocamentos da população de São Paulo para as regiões vizinhas, nos séculos XVII e XVIII, ressaltando o caráter maciço dessas migrações, acentuado ainda mais com a descoberta do ouro na região de Minas Gerais. Mais recentemente, Grandi (2020) recorre a Holanda e a estudos atuais que exploram sua produção, para reconstituir esse processo de expansão demográfica, territorial e comercial paulista, sinalizando a atualidade de sua obra para compreender os processos de formação dos caminhos terrestres, fluviais ou ferroviários na região paulista.

O processo de patrimonialização de bens edificados ligados ao tropeirismo

As contribuições dos autores aqui reportados são importantes para caracterizar o ambiente econômico e cultural em que está imerso o tropeirismo. Sabe-se que as expansões que possibilitaram o povoamento e a integração do interior paulista, ainda que de forma marginal às dinâmicas da monocultura exportadora própria das relações entre a metrópole e a colônia, ocorreram por meio de inúmeras trajetórias. Uma delas, talvez a mais expressiva, seja o Caminho das Tropas ou de Viamão, através do qual os muares saíam do sul do país em direção ao interior e às regiões auríferas, a fim de transportar mercadorias, a partir de princípios do século XVIII.

Um dos documentos que evidencia a influência do tropeirismo para o desenvolvimento da estrutura urbana na região do sudoeste paulista é o processo de tombamento estadual da Casa do Brigadeiro Tobias, situada em Sorocaba. Essa cidade atuava como o principal ponto de convergência de imensas comitivas de tropeiros provenientes das mais diferentes partes do país, envolvidas com o comércio de animais, especialmente os muares - mulas e burros indispensáveis para o transporte de cargas - além de utensílios e ferramentas utilizados no cotidiano. Relatado pelo arquiteto, historiador e professor Carlos Lemos (Resolução de 08/01/1973), o processo, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância do bem edificado como representativo das dinâmicas materiais e imateriais associadas ao tropeirismo, ressalta a escassez de estudos sobre esse tema:

Essa casa do Brigadeiro (ele teve outra perto do rio Sorocabano, a chamada Chácara do Quinzinho) tem muita importância como documento representativo de alguns fatos conjugados: e, antes de tudo, um dos raros exemplares arquitetônicos de um período de transição por que passou nossa sociedade e, conseqüentemente, a nossa arquitetura particular; representa a civilização material de uma economia lastreada no comércio de muares. A famosa feira de burros de Sorocaba é um dos capítulos mais injustiçados pelos estudiosos, dada a pouca importância que se dá àquele comércio, que unia os povos, os usos, costumes do sul com aqueles do centro brasileiro.

Embora fundamentais para a história urbana do interior paulista, as culturas material e imaterial vinculadas ao comércio de muares e às rotas tropeiras permanecem sub-representadas no campo do patrimônio cultural de São Paulo. Tal legado, outrora central para a formação do território e a consolidação das vilas setecentistas, carece de um reconhecimento institucional equivalente à sua importância, seja em políticas de preservação quanto no tombamento de bens edificados.

O estudo do tombamento da Fazenda Palmital, no município de Ibaté (SP), é um caso representativo dos processos de instrução que fundamentam os tombamentos de bens edificados

rurais no estado de São Paulo. Trata-se do Processo Condephaat nº57121/2008 (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, criado em 1968), por meio do qual é possível compreender alguns pontos elementares da argumentação relacionada ao reconhecimento dos bens rurais, seja no que se refere aos critérios de seleção dos bens a serem tombados, como suas relações com o desenvolvimento urbano do interior paulista. De acordo com um dos pareceres técnicos apresentados nesse processo, relativo ao universo de exemplares rurais protegidos em São Paulo, uma parcela substancial dos bens tombados dessa natureza está vinculada prioritariamente ao auge da produção cafeeira, sob um enfoque centrado no que se denominou “ciclo econômico do café”, ocorrido entre 1850 e 1950, principalmente na região do Vale do Paraíba e arredores de Campinas. Os procedimentos de identificação e preservação do patrimônio rural estavam focados nas grandes fazendas de produção do café – especialmente nas edificações da sede da moradia da família proprietária, desconsiderando, em muitos casos, os alojamentos destinados aos escravizados, e demais aparatos da engrenagem produtiva, como as moendas, os secadores, etc. Esses critérios de seleção relegavam a plano absolutamente secundário as edificações de menor porte, de áreas fronteiriças e de padrões construtivos mais simples, que não se inserissem na cadeia produtiva do café.

Ainda com respeito ao tombamento da Fazenda Palmital, interessa destacar a inserção, nesse processo, de parecer técnico que integra o Estudo Temático do Patrimônio Rural Paulista, que vem sendo realizado, nas últimas décadas – principalmente a partir de sua retomada em 2020 -, pela unidade técnica daquele conselho estadual de preservação do patrimônio (Condephaat), e que informa sobre os critérios estabelecidos para o tombamento de exemplares rurais :

- 1- Existência de elementos suficientes que permitam uma leitura e compreensão do exemplar do patrimônio rural segundo seus espaços constitutivos e atividades produtivas na paisagem. No caso de fazendas, isto pode incluir o núcleo de beneficiamento [terreiro (s), tulha (s) e casa (s) de máquinas, com seus respectivos bens integrados e móveis]; os viveiros de animais e espaços de cultivo vegetal para consumo interno; os núcleos habitacionais (sede, senzala ou colônia, e demais habitações de empregados ou tropeiros); a plantação; e os demais edifícios e instalações destinados a abrigar atividades complementares e suplementares.
- 2- Exemplares que desempenham papel referencial em processos históricos, sociais e econômicos em âmbito local, estadual ou nacional.
- 3- Exemplares associados a saberes, práticas e costumes ainda presentes no território analisado.
- 4- Exemplares que apresentam soluções excepcionais ou típicas de implantação, construção e cultivo.
- 5- Exemplares que possibilitem acesso ao público, sendo de potencial socioeducativo.
- 6- Exemplares que representam um testemunho material do trabalho humano relacionado a atividades rurais tradicionais do lugar, seja como mão de obra escravizada ou livre, nacional ou estrangeira.
- 7- Exemplares cujos estados de conservação e caracterização sejam favoráveis à preservação. (Processo Condephaat nº57121/2008 - Parecer Técnico UPPH-GEI, 2020, p. 20).

Não obstante a ampliação do foco de interesse dos estudos de bens culturais, o primeiro tópico do parecer evidencia atenção voltada às fazendas cafeeiras e manifesta o apreço de preservação de locais e estruturas que conformam os programas de necessidades das fazendas cafeeiras como, por exemplo, o terreiro, a tulha e a casa de máquinas, não se limitando exclusivamente à sede da fazenda e aos elementos arquitetônicos. Os demais tópicos referem-se a critérios que podem ou não ter relação com aspectos do chamado ciclo do café. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre a arquitetura rural paulista, e considerando-se a relevância da atividade do tropeirismo, persiste uma notável discrepância no número de bens tombados: a cultura do café é amplamente representada, enquanto exemplares ligados ao tropeirismo, especialmente localizados no sudoeste paulista, são bastante escassos.

A ação desenvolvida no âmbito do Condephaat comprova essa constatação, uma vez que sua unidade técnica dedicou-se, até o momento, ao inventário sistemático de 500 exemplares rurais, com levantamento pormenorizado de fazendas do café, cujo número de bens tombados supera sobejamente a proteção de bens rurais de outras naturezas, conforme destaca o Despacho 771/2023 (p. 35), de autoria de Matheus Franco da Rosa Lopes (Processo Administrativo Condephaat nº 57.121/2008 - Parecer Técnico UPPH-GEI, 2020, p. 20). Ressalte-se, ainda, que, de todo processo de inventariação do patrimônio rural paulista, apenas 36 exemplares encontram-se tombados. Desse todo, ao se dar prioridade às fazendas de café localizadas no Vale do Paraíba e região de Campinas, relegou-se ao esquecimento grande parte das edificações e práticas culturais das regiões situadas ao oeste o Estado de São Paulo, vinculadas ao processo do tropeirismo, como capelas, pontos de venda e troca, estâncias, pontos de pouso e invernagem. Do mesmo modo, foram preteridos os estudos das referências culturais relativas aos costumes, tradições e modos de vida atrelados a essa cultura.

É possível observar a localização dos 36 bens tombados, acima referidos, no mapa do Estado de São Paulo, em que fica evidente sua concentração na porção leste do estado, em que predominou a cultura cafeeira, e apenas um único bem tombado na porção oeste, referente à Casa Grande de Ribeirão Grande (Figura 1):

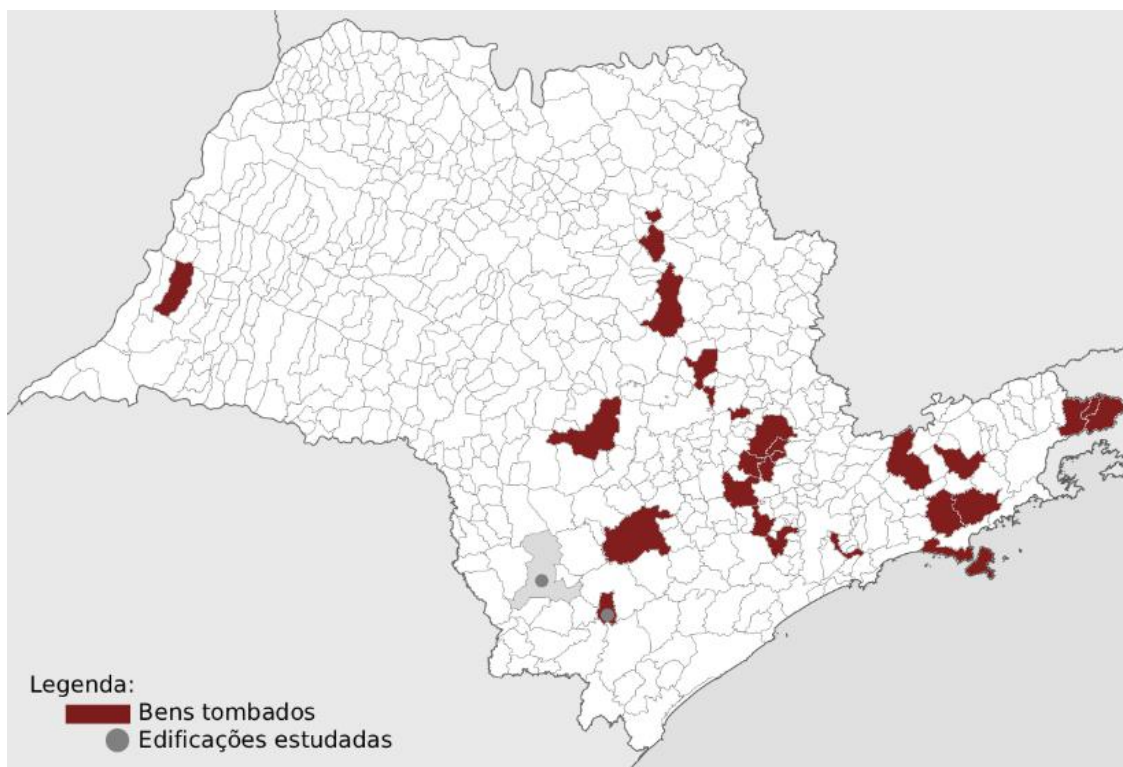


Figura 1: Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para os municípios em que se encontram os 36 bens rurais tombados pelo Condephaat, bem como indicação das edificações objetos deste artigo. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil_Sao_Paulo_location_map.svg/. Adaptação: Maria Clara M. Oliveira Holtz, 2025.

A preferência centrada no legado da cultura do café baseia-se no fato de que era considerada fundamental para a história econômica, social e arquitetônica do Estado, representativa da própria identidade paulista, a partir da segunda metade do século XIX, quando o café assumiu a liderança dos produtos destinados à exportação, criando a chamada Rota do Café, que conectava o interior ao porto de Santos. A prosperidade econômica determinava as grandes extensões das propriedades e a imponência da arquitetura ligada à produção cafeeira, se comparada com as demais edificações rurais (Figuras 2 e 3). Essa disparidade reforçava o interesse pelas fazendas de café, reconhecidas como de grande valor histórico, cultural e paisagístico.



Figura 2: Fazenda do Pinhal, São Carlos, tombada pelo Condephaat. Foto de Artur Rosatti. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fazenda_Pinhal_-_S%C3%A3o_Carlos_-_SP_2_-_panoramio.jpg



Figura 3: Casa Grande, em Ribeirão Grande. Fonte: acervo de Maria Clara M. Oliveira Holtz, 2024.

Considerando essa distinção no trato dos bens rurais, o presente artigo problematiza os processos de patrimonialização entrelaçados à leitura e interpretação da história urbana, elegendo como estudos de caso: a Fazenda Pilão d'Água, em Itapeva, e a Casa Grande, em Ribeirão Grande - exemplares que fizeram parte do processo do tropeirismo, e que estão localizados no Sudoeste Paulista. O interesse não se restringe às edificações isoladamente, mas sim à relação que essas edificações tiveram com o chamado Caminho das Tropas, que ligava o Sul do país a importante Feira de Sorocaba, e com o legado histórico e cultural do tropeirismo.

Essa condição díspar suscita a promoção do debate sobre a história urbana paulista e a discussão a respeito dos bens edificados relacionados ao tropeirismo, cujo papel na historiografia ainda não foi devidamente reconhecido.

As relações entre a Fazenda Pilão d'Água (Itapeva) e a Casa Grande (Ribeirão Grande) com o tropeirismo

O tropeirismo foi, de acordo com Straforini (2001), um sistema de grande importância para a expansão e ocupação do território brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Neste processo, homens circulavam pelo interior do Brasil criando rotas, atrás de muares (burros ou mulas), que serviam não apenas como transporte de cargas, mas também como mercadorias. Por meio do tropeirismo, foram criadas vilas e uma complexa relação econômica, social e territorial baseada nos interesses de criar, vender, negociar e tocar os animais.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, muitos procuraram migrar para a região à procura de ouro e riquezas, entretanto a Coroa Portuguesa não estava preparada para o crescimento populacional na área. Havia, nesse momento, falta de alimento e de transporte para locomover toda a produção realizada nas minas, o que ocasionou na utilização de mão de obra escravizada para responder à demanda. Procurando outros meios de condução que não fossem humanos, visto que as solicitações apenas cresciam, chegou-se a uma resposta: os animais encontrados no Sul pelos bandeirantes, ou seja, o gado *vacum* e cavalar.

Deu-se início à comercialização dos muares encontrados no sul das tropas xucas para o Brasil Central (Minas Gerais, Mato Grosso) e das tropas arriadas, que eram utilizadas como meio de transporte para São Paulo, Rio de Janeiro e outras Capitânicas. O deslocamento era difícil devido ao fato de existirem muitas áreas com mata fechada, rios e córregos. A melhor forma de enfrentar esses obstáculos foi recorrer às rotas dos indígenas e aos seus conhecimentos sobre o território (Antunes Junior, 2020). Bueno *et al* (2021) descrevem o dia a dia das comitivas, como eram os viajantes e o que era levado pelos tropeiros, por meio de uma análise de fontes primárias do século XVIII e dos primórdios do XIX. Há trechos que destacam as dificuldades enfrentadas nos caminhos, como a passagem por rios turbulentos, a perda de animais na travessia das correntezas e ataques de indígenas dispersos nas áreas de travessia. O caso da Serra do Espigão é um exemplo de tribulação, em que córregos e barrancos provocavam quedas das mulas e cavalos, além de tornarem a viagem mais lenta por trilhas no meio da mata.

Com o passar do tempo, as rotas foram melhorando e os espaços de distribuição do processo também. Os muares eram buscados nos campos de criação do Rio Grande do Sul e Curitiba, e por serem animais ainda não domados, os mesmos eram levados até fazendas especializadas que tinham o trabalho de engordar, cuidar e domar os animais. Essas fazendas eram localizadas, sobretudo, próximas à feira de Sorocaba, onde os animais eram vendidos, cujas rotas incluíam as

vilas de Itapetininga e Itapeva, antiga Faxina. Neste ponto, os animais precisavam ficar fortes para sua posterior venda.

A estrada, em meados do século XIX, foi descrita por Caio Prado Jr. (2001, p. 252 *apud* Suprinyak, 2008, p. 20), de forma sucinta:

Compõe-se de um único tronco que corre pelo planalto, paralelo ao litoral, e que partindo de São Paulo, propriamente de Sorocaba, se interna pelos Campos Gerais do sul da capitania, hoje território paranaense, onde passa por Castro, Curitiba, Vila do Príncipe (Lapa); cruza o Rio Negro onde depois se formou a atual cidade deste nome; alcança, em Santa Catarina, Curitibaanos, então ainda um simples pouso, a vila de Lajes, e penetra no Rio Grande cruzando o rio Pelotas no registro de Santa Vitória, estendendo-se até a capital da capitania.

O trajeto criado, desde 1732, era denominado de Caminho de Viamão ou “caminho das tropas” (Suprinyak, 2008), por fazer o percurso de São Paulo a Viamão (RS), porém novas áreas de criação de animais foram estabelecidas próximas a Guarapuava, determinado que o caminho se desviasse da rota original, apesar de o início e o destino serem basicamente os mesmos. Esse novo percurso ganhou o nome de Estrada Geral para o Rio Grande do Sul (Figura 4).

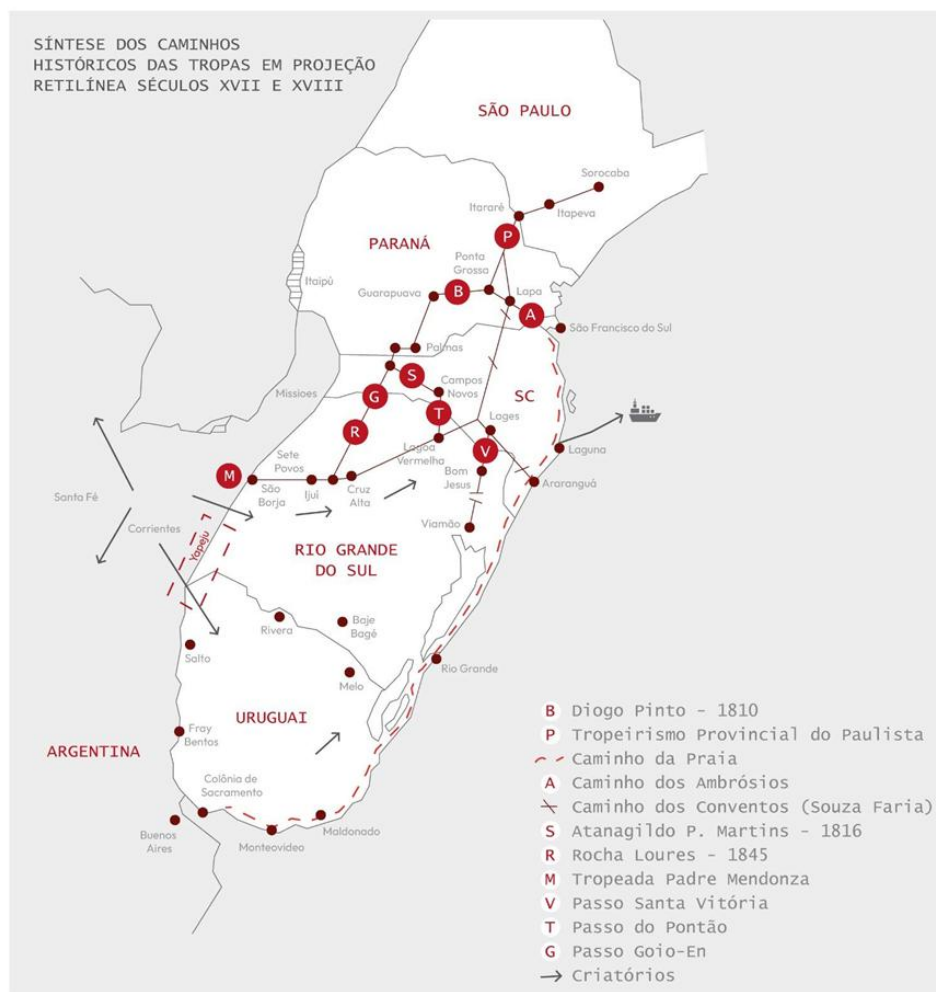


Figura 4: Reprodução do mapa da região Sul do Brasil, com menções aos caminhos de tropeiros. Fonte: <https://memoriadotransporte.org.br/galeria/caminho-das-tropas/>. Adaptação: Pietra P. Kurgan (2025).

O caminho das tropas teve impacto na criação de inúmeras vilas e fazendas, alavancando hábitos, técnicas e até procedimentos específicos do ofício ao lidar com as tropas – trabalho este que, conforme Silva (2004), era dividido em funções. Na divisão, o dono da tropa era alçado à ascensão social e econômica, podendo ter ganhos de capital e de terras, benefícios que não se estendiam aos demais componentes da tropa - capatazes, condutores, cozinheiros e aprendizes.

O artista francês Jean Baptiste Debret, durante sua permanência no Brasil como parte da Missão Artística Francesa iniciada em 1816, retrata em inúmeras aquarelas, o cotidiano das tropas, adotando uma abordagem documental, em que registra cenas das condições de trabalho dos tropeiros escravizados, suas vestimentas típicas e utensílios empregados (Figura 5).



Figura 5: Pintura *Trapeiros Pobres de São Paulo*, 1823. Jean Baptiste Debret, técnica mista. Acervo Itaúsa S.A.
Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/110673-tropeiros-pobres-de-sao-paulo>

Por serem longas caminhadas era necessário, ao final de cada dia, parar em algum local onde os peões e animais pudessem pernoitar. Alguns desses locais eram escolhidos como pouso, logo após a travessia de rios que eram seguidos por grandes pastos. Esses pastos eram alugados pelos invernistas (Figura 6 e 7). Com o grande fluxo de viagens, os tropeiros começaram a traçar alguns pontos de pouso fixos e definitivos. De acordo com Silva (2004, p.95):

A marcha se dividia em caminhadas, que eram os percursos vencidos a cada dia, em extensões variáveis conforme o destino e a procedência da tropa. Marchavam de poucas dezenas a várias centenas de animais, camaradas atentos a cada lote... A passagem constante das comitivas foi consagrando determinados lugares como pontos de pouso, os quais se planejava atingir ao findar a tarde. Esses pousos, quando não ocorriam em descampados, ao abrigo apenas dos próprios arreios e tralhas, agrupados em círculo, podiam ser em simples ranchos, que não passavam de barracões extremamente toscos. Também havia pousos nas proximidades de vendas, casebres rudimentares

com mercadorias básicas que abasteciam os tropeiros passantes. As vendas maiores podiam oferecer diversidade de mercadorias, como tecidos, artigos de selaria, ferramentas. Houve ainda ranchos e vendas ligados a fazendas, que permitiam e até incentivavam a passagem e o pouso das tropas, sendo comum que rancho, venda e fazenda pertencessem à mesma pessoa.



Figura 6: Pouso de Tropeiros, 1830. Por André Figurey. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?search=pouso+de+tropeiros&title=Special%3AMediaSearch&type=image>



Figura 7: Pintura *Pouso noturno de tropeiros*, pintura a óleo, por Joaquim da Rocha Ferreira (1900-1965), em 1922. Fonte: Coleção Fundo Museu Paulista. Domínio público, acervo Museu Paulista (USP), via Wikimedia Commons.

A trajetória era longa e cansativa, o que indicava a necessidade dos pousos para descanso dos homens e animais, além do reabastecimento das tropas. Itapeva e Ribeirão Grande faziam parte desse contexto. No mapa a seguir (Figura 8), é possível visualizar a região do Sudoeste Paulista, com a localização de Itapeva, Ribeirão Grande e a ligação dos dois municípios com Sorocaba, ponto de encontro, trocas comerciais e venda de animais.

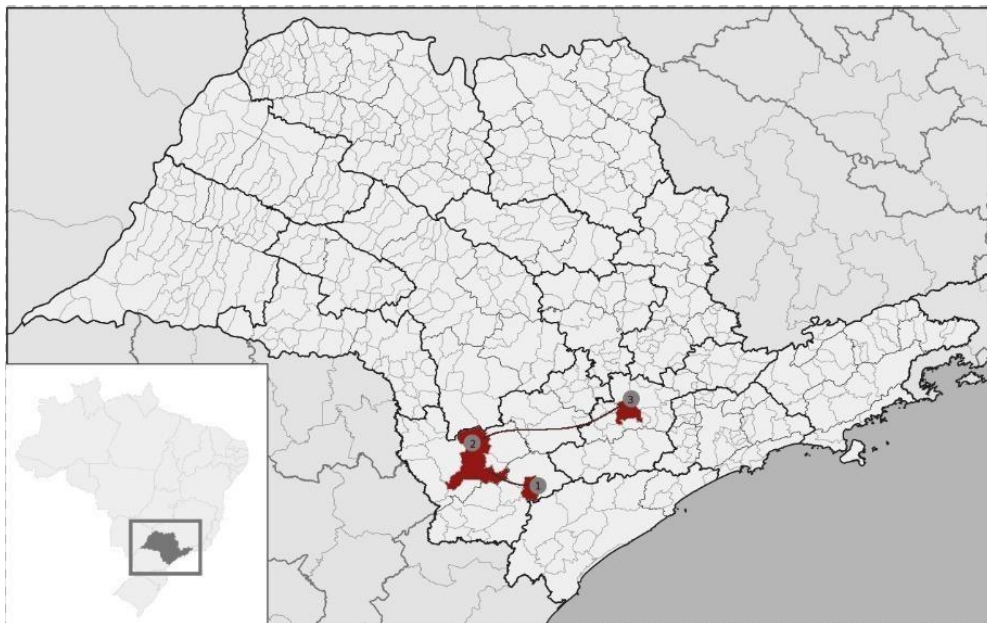


Figura 8: Mapa do Estado de São Paulo, com ênfase nos municípios dos bens estudados, e em Sorocaba. Sendo 1 Ribeirão Grande, 2 Itapeva e 3 Sorocaba. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_MesoMicroMunicip.svg. Adaptação: Maria Clara M. Oliveira Holtz, 2026.

A Fazenda Pilão d'Água, em Itapeva foi um local de pouso e invernagem dos animais (Figura 9). De acordo com Marques (2001), a fazenda continha duzentas e três reses de criação e invernadas, na última década do século XIX. O primeiro registro que se tem da fazenda é de 18 de maio de 1839 (Barbosa, s.d), porém não há explicações detalhadas no texto de quais edificações havia no local, chamado de Pilão d'Água de Santa Ana.



Figura 9: Foto da Casa-Grande, da Fazenda Pilão d'Água, em Itapeva, por volta de 1920. Extraída de Histórias de Itapeva, por Sílvio Araujo. Fonte: Oliveira (2006 apud Araujo, 2012, p. 173).

Por meio do inventário *post mortem* de Fortunata Maria de Camargo, de 1894, é possível ter conhecimento da extensão da fazenda e dos locais de internadas - áreas de pastagens estratégicas para descanso e engorda das tropas de muares e gado, durante o inverno – Leme, Brava, Prudentino) –, terras de cultura e a chácara do Pilão d'Água, valendo 20 contos de réis (Marques, 2012). Posteriormente, as terras foram passadas para o Coronel Donato de Camargo Melo.

Sabe-se que a atividade econômica com maior predominância da fazenda era o aluguel de pastagens, além do uso de trabalho escravizado com o cuidado dos animais, o trabalho doméstico e o cultivo das lavouras de milho (Marques et al. 2008 *apud* Marques 2001). Esse assunto é discutido na tese da historiadora Silvia C. Marques (2012), na qual foram recuperados elementos da fundação do bairro do Jaó, de seu fundador, Joaquim Carneiro, que trabalhou na construção do muro de pedras sobrepostas que circundava a fazenda (Plano Diretor da Fazenda Pilão d'Água, 2010). No geral, são escassos os dados disponíveis sobre os elementos edificados no período do tropeirismo.

Para ter a informação precisa acerca da datação das construções seria necessário um trabalho de arqueologia mais extenso sobre os bens edificados. Todavia, analisando as edificações existentes atualmente, é possível ter uma ideia de como a fazenda funcionava. O estudo de Araújo (2006) revela que a sede de moradia dos proprietários (Figuras 10, 11 e 12) era uma construção feita em meados do século XIX, em taipa, com anexo em alvenaria; diversos barracões em tijolos a vista e saibro, além de uma parede de pedras sobrepostas com argamassa e cacos de telhas, indicada pelo autor e por moradores como sendo resquício de uma possível senzala. Há ainda uma capela, escadas de pedras e alicerces, além de ruínas de um muro de limite da propriedade, composto de pedras sobrepostas, sem o uso de argamassa para o assentamento. O muro, conhecido pela população como o “muro dos escravos”, tem uma extensão maior do que 1,5 km (Araújo, 2006), em áreas próximas da Casa Grande.



Figura 10: Fachada Frontal da Casa Grande, da Fazenda Pilão d'Água, em Itapeva. Fonte: acervo de Maria Clara M. Oliveira Holtz, 2024.



Figura 11 e 12: Área interna da Casa Grande, na Fazenda Pilão d'Água, em Itapeva. Fonte: acervo de Maria Clara M. Oliveira Holtz, 2024.

A Casa Grande, localizada no município de Ribeirão Grande, ao contrário da Fazenda Pilão d'Água, não serviu como um ponto de internagem das tropas e peões. De acordo com Facchini (2017), a residência feita por volta de 1780 pelas famílias Ferreira e Cruz, de taipa e sopapo, fornecia abrigo familiar e era um ponto de venda e de troca de mercadorias de tropeiros, além de ser um ponto onde passavam faisqueiros – garimpeiros que buscam pequenas pepitas ou "faíscas" de ouro em rios ou minas já lavradas – e agricultores locais. A edificação tem uma proporção menor que a residência itapevense, contando com cômodos amplos no térreo e um acesso a um anexo superior, o chão é de terra batida, e as paredes de pau-a-pique. Apesar de ambas terem ligações com o processo do tropeirismo, notam-se as diferenças de dimensão e de características técnicas entre as mesmas (Figuras 13 e 14).



Figura 13 e 14: Fachada lateral e frontal da Casa Grande, em Ribeirão Grande. Fonte: acervo de Maria Clara M. Oliveira Holtz, 2024.

Apesar de Ribeirão Grande não constar no mapa da trajetória dos muares e dos tropeiros, sabe-se que algumas rotas não seguiam o padrão mais comum, adotando desvios para evitar o pagamento de taxas. Job (2000) menciona que Capão Bonito fazia parte de um dos caminhos, sendo possível o ponto de parada para trocas de mercadorias. Wolf (2021, p.4) relata que Ribeirão Grande “foi uma localidade que nasceu à margem de uma derivação do caminho (Caminho das Tropas), após a fronteira do Paraná e ao sul do Estado de São Paulo”.

Desde o momento em que foi construída, a Casa Grande passou por inúmeros processos desde sua desapropriação até o seu tombamento em nível estadual. Porém, sabe-se que de 1780 até o início do século XX, a casa se manteve em propriedade e uso da família Cruz (Fachini, 2017).

A respeito do processo de reconhecimento desses bens culturais, a Fazenda Pilão d'Água, de Itapeva, é tombada em nível municipal, pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Itapeva (Comdephaat), por meio do Decreto nº 6.731, de 2009, da gestão do prefeito Luiz Antonio Hussne Cavani. Embora tombada, há pouca documentação disponível em meio eletrônico sobre o processo de proteção da fazenda.

Já a Casa Grande, de Ribeirão Grande, teve seu tombamento estadual publicado pelo Condephaat, por meio da Resolução SC-16, de 5-5-2021. A instrução técnica reunida na Resolução reconhece o bem edificado como um registro material representativo do processo de ocupação de um território limítrofe entre o processo de exploração do ouro – na divisa do Alto Paranapanema com o Alto Ribeira –, e o processo de passagem das tropas considerando os diversos pousos - que envolve Sorocaba, o Sudoeste Paulista e o Sul do país.

A Resolução SC-16 (5-5-2021, p. 24) enfatiza dois aspectos essenciais da edificação a para a interpretação dos processos históricos paulistas: o uso da técnica construtiva em pau-a-pique e a ligação da edificação tem com o tropeirismo, sendo um “documento edificado com relevante potencial instrutivo e científico, por ser exemplar raro em região de recursos econômicos historicamente limitados, o chamado Caminho das Tropas”.

Em nenhum dos tombamentos há menção explícita à ligação desses bens com outros do Caminho das Tropas, apesar de se salientar o vínculo com o processo econômico do tropeirismo.

Considerações Finais

Embora os estudos historiográficos e os processos de patrimonialização tenham avançado nas últimas décadas, persiste uma lacuna na preservação das referências culturais do tropeirismo, notadamente no Sudoeste Paulista.

Exemplos como a Fazenda Pilão d'Água e a Casa Grande demonstram que, embora o tropeirismo seja reconhecido em estudos acadêmicos, tal densidade não se reflete nos processos de tombamento e, sobretudo, nas práticas de preservação. Com base nessas constatações, conclui-se que há a necessidade de se estabelecer uma maior reciprocidade entre as políticas de salvaguarda e a História Urbana, integrando os vínculos entre os territórios rural e urbano. É imperativo compreender a arquitetura rural e urbana como partes de um sistema interligado pelo Caminho das Tropas – no caso do estudo aqui apresentado, mais especificamente pelo Caminho do Viamão -, no qual o tropeirismo moldou paisagens culturais e identidades regionais.

Como a influência das tropas é visível tanto na arquitetura quanto no traçado das cidades do Caminho do Viamão, o entendimento desse legado deve ser inserido em um contexto geográfico mais amplo. Nesse sentido, é fundamental identificar as redes que conectam os caminhos e as referências culturais identificadas no território, seja nas cidades, seja nas áreas rurais.

Propõe-se, assim, o reconhecimento do tropeirismo sob a perspectiva da paisagem cultural, abrangendo desde os elementos imateriais — costumes e culinária — até a infraestrutura física de invernadas e entrepostos. Aprofundar a espacialização dessas atividades e identificar a permanência de ofícios tradicionais no tecido urbano seria um passo essencial. Tal abordagem não apenas preencheria lacunas historiográficas, mas instrumentalizaria as políticas de preservação para proteger a identidade das regiões marcadas por esse processo histórico-cultural.

Em última análise, a identificação do tropeirismo como paisagem cultural seria a chave para uma proteção patrimonial, simultaneamente, historicamente fundamentada e socialmente relevante.

Referências

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Brasil (2003-2016)**: um estudo do território sudoeste paulista (SP). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Araras, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/4c2ed90b-f068-40d7-88fd-fd32517baad9/content>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ARAUJO, Silvio Alberto Camargo. **Arqueologia de Itapeva, SP**: contribuição na formação de políticas públicas para gestão patrimonial. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.71.2006.tde-06022007-141320>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BARBOSA, Euflávio. **Curiosa história de Itapeva no século XIX**. s.d.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas**: arquitetura rural no ciclo cafeeiro. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.18.2008.tde-14032008-151048>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CONDEPHAAT. Tombamento da Casa Grande, Ribeirão Grande (SP). **Resolução SC-16, de 5-5-2021**. Disponível em: https://storageproac.blob.core.windows.net/uploads/2025/07/2021_16_Ribeirao-Grande_Casa-Grande-no-Bairro-Ribeirao-Cruzes_1753237123438.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

CONDEPHAAT. Tombamento da Fazenda Palmital, Ibaté (SP). **Processo Administrativo Condephaat nº 57.121/2008** - Parecer Técnico UPPH-GEI. Acesso restrito.

FACCHINI, Cristina. **Cartografia do Patrimônio na Bacia do Rio das Almas- São Paulo, Brasil**. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2017.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.

GONÇALVES *et al.* São Paulo e os sentidos da colonização. Em **Dossiê - História da Colonização em Terras Paulistas**: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX), História 39, 2020. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/his/a/Cn4wqBbQngdm7h5k5Y9NjMN/?format=html&lang=pt>. Acesso em 12 nov. 2025.

JOB, Vera Ravagnani. SP: Centro de Comércio Muar. **Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.

MARQUES, Sílvia C. **Paisagens reveladas**: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro. Tese (Doutorado) – Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.71.2012.tde-27112012-125012>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Sílvia C. **História e memória do Jaó** – um bairro rural de negros. Dissertação (Mestrado) – História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MARQUES, Sílvia C.; MANZATO, Fabiana. Fazenda Pilão d'Água da Velha Faxina: Proposta de Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Anais do V Simpósio de Ciências Agrárias da FAIT**. Itapeva, s.e, s.p, 2008.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape**: um empresário da época da Independência. Brasília: Companhia Editora Nacional. Instituto Nacional do livro/MEC, 1976.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO. **Plano Diretor do Parque Pilão D'água**. Comissão Tripartite do Complexo Turístico Pilão D'água. Itapeva, São Paulo, 2010.

SILVA, Valderéz A. de. **Paulistas em movimento**: bandeiras, monções e tropas. Terra Paulista: histórias, arte, costumes. A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo: CENPEC, 2004.

STRAFORINI, Rafael. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba: Editora TCM Comunicação, 2001.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em Marcha**: O Mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WOLFF, Silvia F. S. Preservação da Casa Grande, em Ribeirão Grande. **Anais do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural**: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Porto, s.p., 2021. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624108975_ARQUIVO_6797d8b794a03f278736690040a92796.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.